

## >>A SEGREGAÇÃO URBANA PLANEJADA EM GOIÂNIA E APARECIDA DE GOIÂNIA

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães<sup>16</sup>  
Roberto Fernandes de Mello<sup>17</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo geral apresentar a lógica do capitalismo intrínseco ao processo de urbanização no Centro-Oeste brasileiro, especificamente a partir da conurbação entre as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Entendendo que a força expansionista da malha urbana nestas cidades se deu essencialmente a partir da especulação imobiliária, promovendo o acúmulo de capital por parte da classe dominante em detrimento da manutenção funcional do estado de pauperismo urbano.

**Palavras-chave:** Pobreza; Urbanidade; Goiânia; Cidades.

**Abstract:** The present article has as general objective to present the logic of capitalism intrinsic to the urbanization process in the Center-West of Brazil, specifically from the conurban between the cities of Goiânia and Aparecida de Goiânia. Understanding that the expansionist strength of the urban network in these cities occurred mainly from real estate speculation, promoting the accumulation of capital on the part of the ruling class to the detriment of the functional maintenance of the state of urban pauperism.

**Keywords:** Poverty; Urbanity; Goiania; Cities.

### Introdução

Neste artigo analisaremos o processo de segregação socioespacial constituído intrinsecamente às formações de cidades e suas relações com o pauperismo da população cidadina. Destaca-se o Centro-Oeste brasileiro como cenário a ser pesquisado, verticalizando-se a investigação a fim de averiguar os motivos que levaram à construção da cidade de Goiânia em meados da década de 1930 e as

---

<sup>16</sup> Graduado em Administração (PUC Goiás), Licenciado em Pedagogia (UNIFACVEST), Licenciado em Sociologia (UNIDERP), Pós-Graduado em Gestão Escolar (UGF), Mestre e Doutor em Educação (PUC Goiás). Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação, Iniciação/Pesquisa Científica, Extensão e Relações Comunitárias da Faculdade de Piracanjuba (NPGPERC/FAP). Diretor na Escola do Futuro de Goiás, unidade Luiz Rassi, em Aparecida de Goiânia/GO. E-mail: vs.seabra@gmail.com

<sup>17</sup> Graduado em Ciências Sociais (UniEvangélica), graduado em Teologia (PUC Goiás), licenciado em Filosofia (Claretiano), graduado em Direito (ESUP), Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (UniEvangélica). Atualmente atua como professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, leciona nos cursos de licenciatura da FAP e é advogado. E-mail: profrfm@gmail.com

nuances desse processo, como parte intencional da ostentação da cultura dominante por meio da especulação imobiliária. Seu resultado direto é a desfiliação da classe trabalhadora em seus espaços urbanos periféricos e cidades próximas.

O artigo finalizar-se-á com a abordagem das especificidades da cidade de Aparecida de Goiânia, fundada em 1922 e emancipada em 1963. Mesmo sendo mais antiga que a atual capital goiana, fundada em 1933, apresenta atualmente desafios oriundos do crescimento não planejado da Região Metropolitana de Goiânia, destacando-se os efeitos sociais da conurbação entre ambas as cidades. E, desta forma compreender as transformações urbanas como parte intencional de uma segregação planejada.

### **A expansão das cidades brasileiras e a segregação socioespacial**

Inicialmente, é necessário distinguir entre a cidade e o urbano, conforme observa Martins (2004). Para o autor, a cidade é a parte tangível das relações sociais; já o urbano se refere ao que é constituído, de forma abstrata, a partir das relações sociais e culturais. Sendo assim, o espaço urbano evoca os fundamentos das relações sociais inerentes à constituição da sociedade urbana industrial moderna.

O espaço urbano tornou-se, a partir da Revolução Industrial (1760-1914), o *locus* privilegiado para o aglutinamento e o inchaço populacional, pois apresenta um mercado concentrado, ou seja, tem proximidade entre pessoas, produção e consumo. Confirmando tal perspectiva, Lefèbvre (2008) a endossa afirmando que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (p. 15). Esse processo fortalece a segregação socioespacial, isto é, há uma intencional marginalização urbana, que obriga as classes desprovidas de capital a se aglomerarem de forma subumana nas regiões periféricas das cidades brasileiras. Esse movimento de segregação é, então, uma característica peculiar às cidades capitalistas e exerce forte influência no dinamismo urbano moderno.

Segundo Moysés (2004), as cidades cumprem um papel fundamental na condição de aglomerado e consumo. O autor descreve as cidades como a “maternidade da economia de mercado” (p. 96). Para esse autor, “qualquer proposta urbanística, por mais intencionada que seja, dificilmente escapará das contradições do próprio capitalismo” (p. 193). Dessa forma, a própria cidade e o dinamismo urbano se tornam uma mercadoria a ser consumida.

Para esse autor, o processo que levou à expansão das cidades brasileiras foi, durante três décadas, a transposição dos trabalhadores do campo para a cidade. Desse modo, de acordo com o referido autor, na década de 2000, as cidades brasileiras concentravam cerca de 80% da população; destaca que, em 1950, esse índice era de apenas 36% da população. Esse processo de êxodo rural inchou os centros urbanos e desabitou o campo, acentuando disparidades sociais.

Há outro processo que favoreceu a urbanização das cidades, especialmente na América Latina, foi a relação de comercialização colonialista com os países do

Norte, que se tornou, por meio da “indução industrial” (SANTOS, 1982, p. 153) uma dependência às necessidades da modernização industrial dos países do Norte. Por essa razão, o autor insiste, por vezes, em associar o processo de globalização ao que ele chama de “fábrica de perversidade” (SANTOS, 2001, p. 21). Para esse autor, a globalização é o auge da “internacionalização do mundo capitalista” (p. 23) e tende a matar a noção de solidariedade.

O autor prefere usar o neologismo “globalitarismo” (SANTOS, 2001, p 38), ao invés de globalização, pois assim faz menção ao autoritarismo e à violência que o processo de internacionalização traz por si só. Esta mesma percepção também é partilhada por Bourdieu (1998) ao se referir ao que ele chama de mito da “mundialização” (p. 50), que, na sua visão, é “uma volta a um capitalismo selvagem” (p. 50).

Na perspectiva de Ribeiro (1985), o Brasil é um dos países que se configuram como o que ele denomina de “Povos-Novos”, que é resultantes da mistura cultural entre o colonizador europeu, os nativos e os escravos, sendo que estes “não estão presos a qualquer tradição do passado. São povos em disponibilidade [...] estão abertos ao novo” (p. 70). Ribeiro (1985), ao se referir ao histórico processo de colonização usado pelos povos antigos, que atualmente se assemelha à globalização moderna, o descreve como um processo que intenta “impossibilitar à maioria da população de criar e exprimir uma cultura original, e a compele a adotar ideias, valores e costumes estranhos” (p. 131). Então, isto facilita a absorção da globalizada cultura capitalista moderna com relativa passividade e grande admiração, sendo esse processo perceptível no projeto urbanístico de expansão das cidades brasileiras, gerando desigualdades e perversidades.

Destarte, nas cidades brasileiras, houve uma intencional formação urbana dependente ou, na perspectiva de Ribeiro (1985), houve, inicialmente, uma “desculturação” e, posteriormente, uma “aculturação” dos novos hábitos colonizadores (p. 131). Esse processo favoreceu a absorção do pauperismo no passado, mas igualmente apresenta semelhança com o sistema vigente, naturalizando o estado de pobreza. Posto isso, há que se considerar que a marginalidade integra o *modus operandi* do capitalismo nas cidades brasileiras. Para tanto, mediado por essas contradições, na perspectiva de Moysés (2004, p. 198), o urbano não pode ser entendido enquanto lugar de “urbanidade”, pois nesse ambiente se articulam interesses diferenciados e interesses em conflito, conflito este intencional e mantenedor do processo de aculturação capitalista global, que gera notória desigualdade e enfatiza o pauperismo.

A pobreza não é uma particularidade das cidades, porém Mollat *apud* Castel (1998) afirma que “o pauperismo deve suas origens às mutações das estruturas agrárias, mas é na cidade que se manifesta em toda a sua amplitude” (p. 113). Tal postulado é compartilhado por Moysés (2004) que defende a tese de que é nas cidades que os problemas sociais se agravam e se desnudam com maior visibilidade, cenário este relativamente diferente do contexto rural. Para o autor, a modernização das cidades brasileiras se deu marcada, essencialmente, pela segregação dos espaços urbanos, assim como numa elitização desses espaços.

Santos (1994) associa o processo de urbanização do Brasil à pobreza e afirma que “a cidade em si, como relação social e como materialismo, torna-se criadora de pobreza” (p. 10). Para o autor, a cidade é o receptáculo necessário que favoreceria a geração e a concentração de riquezas, porém, concomitantemente, e não contrariamente, são as cidades a forma moderna de produção de pobreza.

Moysés (2004) reafirma que “a experiência brasileira mostra que riqueza e pobreza atraem-se” (p. 180), pois é exatamente nas áreas urbanas mais modernas e dinâmicas que se concentra parte considerável da riqueza do país, mas também é o local de refúgio para os miseráveis e paupérrimos. Neste sentido, o autor categoriza a coexistência de uma “cidade legal” e, simultaneamente, uma “cidade ilegal” ou “não-cidade”. Sendo que “ambas existem, convivem e desconfiam uma da outra” (MOYSÉS, 2004, p. 196).

Na percepção de Frigotto (1996) a lógica de acumulação de riquezas é, simultaneamente, a lógica de acumulação da miséria. Para o autor, o crescimento do Brasil nos últimos cinquenta anos é inegável, porém o crescimento da miséria seguiu a mesma proporção. Isso demonstra que a matriz de ocupação urbana aplicada no Brasil é notadamente marcada pelo pauperismo intencional e mantida por uma velada gestão filantrópica da pobreza nos centros urbanos. A cidade precisa da população de baixa renda, pois essa é funcional à manutenção do sistema de acúmulo de capital. Por essa razão, pobreza e riqueza habitam a cidade, simultaneamente.

### **O processo de urbanização do Centro-Oeste brasileiro**

Pouco tempo após a suposta descoberta do Brasil pelos portugueses, já se tem registros de explorações no sertão goiano, algo entorno de 1592 (MORAES, 2003). Contudo, é a partir do projeto denominado *Marcha para o Oeste*, criado durante o Governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945), que houve uma massificação nos incentivos para ocupação do Centro-Oeste brasileiro, favorecendo assim a migração e ocupação dessa região. Segundo Moraes (2003), “o programa Marcha para o Oeste tornou-se o símbolo da ocupação do Centro-Oeste” (p. 16), especialmente a partir da década de 1930.

A construção de Brasília, importante marco de expansão e ocupação do Centro-Oeste brasileiro, estava prevista desde 1891 por força da Constituição Republicana; Entretanto, apenas no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos de 1956 a 1961, foi que efetivamente a cidade surge no Planalto Central como símbolo da campanha *50 anos em 5*. Desta forma, Brasília marca um rompimento com o passado com tons de nacionalismo e ares de um progresso com visibilidade internacional. Contudo, é preciso salientar que a construção da cidade não foi uma iniciativa unânime, fraterna e harmoniosa. De acordo com Gouvêa (1995), em 1959 dezenas de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho foram metralhados e mortos. Para o autor, um dos principais desafios e conflitos vividos nos primeiros anos de Brasília foi o nomadismo oriundo da migração, especialmente praticado pela população pobre, que foi, marginalizada para as cidades satélites.

De acordo com Santos (1994) o Centro-Oeste brasileiro, especialmente as regiões de Brasília e Goiânia, mostrou-se fortemente receptivo aos novos movimentos e fenômenos de urbanização que já estavam em efervescência pelo país, pois o Centro-Oeste era praticamente virgem. O autor compara Goiás com “um verdadeiro espaço *natural*” (p. 62 - grifo no original). O território urbano do Centro-Oeste brasileiro, segundo Moraes (2003, p. 26), é marcado por uma gama de diversidade urbanística, como descreve:

Há cidades ribeirinhas, vilas criadas em torno de capelas (construídas nas grandes fazendas), vilarejos criados em cima de aldeamentos indígenas e presídios militares, cidades de beira de estrada, de beira de ferrovias e tantas outras, traçadas de forma espontânea ou com algumas técnicas urbanísticas do seu povo.

Ao considerar a formação do Centro-Oeste brasileiro como uma ação de urbanização espontânea, a autora não quer polarizar numa perspectiva de que não tenha havido uma intervenção intencional dos grandes produtores de café e dos políticos da época. Pelo contrário, a autora considera que todo processo de urbanização é determinado socialmente e traz consigo traços da cultura regional.

Para Moraes (2003), o desenho urbano das três principais cidades planejadas do Centro-Oeste brasileiro, a saber, Goiânia, Brasília e Palmas, não contemplavam políticas públicas para as camadas populares, nem tinha estrutura urbana para atender as classes de baixa renda. Os planos urbanísticos dessas cidades definiam claramente um traçado urbano moderno que atendia aos interesses da classe dominante, “ficando o trabalhador de baixa renda fora do planejamento elitista que estruturou essas cidades” (p. 223). Dessa forma, o suposto planejamento urbano de ocupação do Centro-Oeste brasileiro se mostrou, intencionalmente, elitista e excludente.

Segundo Moysés (2004, p. 28), “o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília abriga 39,5% da população total do Centro-Oeste brasileiro”. Conforme o autor, é a construção da cidade de Goiânia e a mudança da capital federal para Brasília, que abrem o Centro-Oeste brasileiro para a economia nacional, integrando a região Sul e Norte do Brasil. É válido ressaltar que o então desenvolvimento urbano do Centro-Oeste não foi um movimento espontâneo, num sentido *lato*, mas tinha relação direta com a expansão cafeeira paulista, interesses políticos, alinhamento com o capitalismo internacional e a especulação imobiliária.

### **A região metropolitana de Goiânia: expansão e desigualdade social**

A partir da construção da cidade de Goiânia, nos anos de 1930, a capital de Goiás deixaria de ser a cidade de Vila Boa, conhecida também como cidade de Goiás ou Goiás Velho. Segundo Moysés (2004), as razões que colaboraram para tal mudança estariam relacionadas às limitações da antiga capital, tais como: a) locacional, por ser de difícil acesso; b) topográfica, por ser uma região montanhosa e de geografia acidentada e, c) sanitária. Confirmando tal perspectiva, Monsueto (2015)

reitera que a região de Campinas foi escolhida para ser o local onde se constituiria a nova capital por apresentar “melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas e, pela proximidade da estrada de ferro” (p. 11). Entretanto, ambos os autores questionam as reais intenções da construção de Goiânia como sendo um intento de conveniência de interesses políticos, econômicos e imobiliários.

Os artífices da construção de Goiânia foram Pedro Ludovico Teixeira (médico e político), Atílio Corrêa Lima (arquiteto) e Armando Augusto de Godoy (engenheiro). Contudo, o que seus artífices não puderam prever o quão acelerado seria a ocupação urbana, a partir da qual surgiu real conurbação com cidades vizinhas. Segundo Moysés (2004), atualmente, a região denominada Grande Goiânia, que após a Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999, do Governo Estadual, passou-se a denominar Região Metropolitana de Goiânia<sup>18</sup>, abarca onze municípios, a saber (em ordem alfabética): Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. E também há o que se denomina de Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, incluindo a mais os seguintes municípios: Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caturai, Guapó, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

A construção da cidade de Goiânia assim como de sua Região Metropolitana é alvo de críticas por haver uma planejada segregação socioespacial na região desde sua fundação, sendo tal intento maquiado por uma naturalização do estado de pobreza e mediado por um suposto crescimento populacional. Nesse viés, Moraes (2003, p. 15) assevera que a estruturação do espaço urbano de Goiânia formou duas cidades: “a cidade do plano original, onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica, que serve de abrigo para as classes menos favorecidas”.

Moysés (2004) afirma que a cidade de Goiânia “rendeu-se aos interesses imediatos dos políticos, dos moradores, dos especuladores” (p. 193). Na percepção de Duarte (2012, p. 36) é preciso criticar a construção de Goiânia, ponderando que “a construção de Goiânia veio atender, portanto, à acomodação dos interesses políticos e econômicos das elites locais e regionais”, e acrescenta:

O que se verifica é que a cidade de Goiânia foi se constituindo, em seu percurso histórico, como espaço de segregação, construindo, assim, duas cidades: uma idealizada, que comumente aparece nas propagandas institucionais, e outra real, oculta, espaço de sociabilidade de uma grande parcela da população – entre ela, os jovens – cujos recursos são suficientes apenas para reproduzir enquanto força de trabalho, participando marginalmente da cidadania social e do mercado de consumo (DUARTE, 2012, p. 49).

A existência de duas cidades dentro da cidade de Goiânia, conforme considera Moraes (2003), tornou-se mais visível quando esta foi apontada como uma das quatro

---

<sup>18</sup> A Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, alterada pelas Leis Complementares nº 78, de 25 de março de 2010, e nº 87, de 7 de julho de 2011.

idades com maior índice de desigualdade social do País e a 10ª com maior desigualdade na distribuição de renda no Mundo, segundo relatório da ONU-Habitat, intitulado *Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido*, apresentado no 5º Fórum Urbano Mundial, realizado nos dias 22 a 26 de Março de 2010, no Rio de Janeiro, Brasil. A mesma informação foi ratificada, posteriormente, no documento da ONU intitulado *Estado de las Ciudades de America Latina y el Caribe 2012*.

O índice Gini do Brasil, segundo Viapiana (2006), manteve-se relativamente estabilizado em torno de 0,60 entre 1960 e 2002. Entretanto, segundo o autor, este índice é alto, pois quanto mais próximo de 1 maior é a concentração de renda, ou seja, maior é a desigualdade. Conforme o autor, a média mundial para o mesmo período foi de 0,38. Segundo dados do IBGE, o índice Gini de Goiânia em 2003 era 0,42. Em 2005, segundo relatório da ONU-Habitat, o índice já estava em 0,65, superando a média nacional. Segundo o relatório atual da CEPAL (2015) o índice Gini do Brasil estava em 0,548.

Acerca do relatório da ONU-Habitat, Cecília Martinez (2010), na *home page* oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, destacou que:

O estudo realizado não mede crescimento econômico e sim de desigualdades. É muito comum um local com grande desenvolvimento econômico apresentar por consequência aumento na desigualdade social (...) as cidades estão em constante movimento e devem acompanhar estas mudanças e oferecer condições e oportunidades à sua população. O que o relatório fez não foi medir se as cidades são melhores ou piores, e sim se estão sendo capazes de acompanhar suas mudanças dando oportunidades ao seu povo (...) os problemas do mundo estão se tornando estritamente urbanos e por isso a importância do estudo realizado pela ONU que permite acompanhar como as cidades estão evoluindo (s.p.).

A citação acima confirma o estado de naturalização da pobreza no cenário moderno, associando as desigualdades sociais ao processo de desenvolvimento econômico urbano, como etapa natural e inevitável deste, o que é falacioso e apenas reforça a noção da pobreza como paisagem aceitável. Dessa forma, o pauperismo se mistura à urbanidade hodierna, sem se levar em consideração as especificidades sociais, históricas e culturais causadoras do estado de pobreza nas cidades.

Dijaci David de Oliveira, professor e cientista social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), comenta, em Dias (2012), o relatório da ONU-Habitat, ponderando que:

Na verdade, a desigualdade social cresceu desde a década de 1970, quando não [se] fez a distribuição das riquezas [...]. As empresas [em Goiânia] têm geralmente poucos empregados e são, em muitos casos, familiares. Os dividendos acabam distribuídos de forma doméstica [...] Os mais ricos poderiam distribuir melhor suas riquezas, têm margens de lucros imensas. Em vez disso, sonegam o que podem e concentram (riquezas) mais ainda, ao não pagar bem seus trabalhadores; como se não bastasse, ainda terceirizam o que for conveniente, precarizando as relações de trabalho [...] A transferência de renda não deve ser exclusividade do poder público (s.p.).

A crítica se dá, portanto, a partir da comprovação de que, no contexto goiano, o trabalhador produz muito mais que o suficiente para custear as despesas operacionais, mas que tal benesse não é revertida ao trabalhador. Isto favorece o acúmulo de capital de alguns em detrimento do labor de muitos. O resultado moderno é a subproletarização do trabalhador, ou seja, “trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados” (ANTUNES, 2005, p. 53).

Melo (2014), acerca do relatório da ONU-Habitat, explica a lógica estatística sobre o acúmulo de riquezas em Goiânia, baseada no Índice Gini, metodologia utilizada pela ONU:

O índice de Gini é calculado por uma fórmula que compara os 20% mais pobres da população com os 20% mais ricos. Em Goiânia os 20% mais pobres detém apenas 3,34% da riqueza e os 20% mais ricos 63,06% - dados de 2010 (...) Na minha opinião o melhor a ser feito é intensificar os investimentos em educação construindo novas escolas e melhorando a qualidade do ensino em todos os níveis [...] (s.p.).

A lógica proposta para minimizar as distâncias sociais entre ricos e pobres seria, conforme citação anterior, investir em educação. Entretanto, é preciso não tratar a educação como panaceia social, pois há que se considerar a funcionalidade e coerção da escola, especialmente para as classes populares. Contudo, é necessário ressaltar a importância do debate acerca do processo educacional como agente social, pressuposto igualmente partilhado pelo professor João Batista de Deus, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG) que, ao se referir aos dados apresentados pela ONU-Habitat, em citação de Leite (2014), argumenta que há uma relação estreita entre desigualdade social e nível educacional, e acrescenta:

Como os adultos pobres que moram em Goiás, em geral, têm pouca qualificação profissional, é preciso, além das ações de governo que já visam reduzir essas discrepâncias, investir nas escolas. Temos de ter como meta salvar a geração seguinte e a educação é fundamental (s.p.).

Investir em educação como forma de combate às desigualdades sociais e ao pauperismo, conforme proposto nas duas citações anteriores, não se trata de uma ideia completamente deslocada ou imprópria, mas há de se criticar o real propósito da escola moderna, especialmente numa perspectiva bourdieusiana, mais especificamente no que se refere a seu propósito em relação às classes populares. Há também que asseverar seus critérios de acessibilidade e suposta equidade educacional, especialmente para os jovens das camadas populares. Do contrário, o discurso educacional e os anos de escolarização serão apenas uma etapa de dissimulação social e condicionamento do estado de naturalização da pobreza.

Há que se destacar que as mudanças constantes no cenário econômico, educacional, social, político e cultural, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, estão dando-se numa velocidade descompassada frente ao ritmo de crescimento e suposto desenvolvimento da cidade de Goiânia e região. A consequência disso é o distanciamento social entre ricos e pobres, porém fazendo-os

conviver, aparentemente, no mesmo espaço geográfico. Tal realidade pode ter como causa, dentre as hipóteses plausíveis, o fato migratório, como defendido por Dias (2012):

Goiânia é uma cidade atraente. Nas estatísticas, está entre as capitais já consideradas consolidadas — excetuam-se as de Estados que eram territórios ou criados recentemente, como Palmas, no Tocantins —, que mais atraem para si uma enorme população, boa parte de outros Estados. Esse contingente vem em busca de melhores condições de vida, cada um a seu modo. Mas não só de pobres se constitui essa massa: há também, por exemplo, executivos de grandes empresas e indústrias da região metropolitana e de outras cidades. O grande desenvolvimento do Estado nas últimas décadas possibilitou também esse outro tipo de fluxo migratório [...] Goiânia virou parada tanto para quem está em situação cômoda financeiramente como para gente que vem tentar a sorte (s.p.).

A migração rumo a Goiânia e região é comprovada pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE, 2009) quando registra que, em termos absolutos, São Paulo é o Estado que mais recebeu imigrantes (535 mil), seguido de Minas Gerais (288 mil), Goiás (264 mil), Bahia e Paraná (ambos com 203 mil novos imigrantes). Entretanto, no que tange ao Índice de Eficácia Migratória (IEM), Goiás é o maior entre todos os Estados da Federação, com 0,32. Este Índice (IEM) é a diferença entre a quantidade de pessoas que entraram no Estado (imigrantes) e as que saíram (emigrantes). Portanto, Goiás é o Estado com maior percentual no saldo líquido migratório, pois São Paulo apresentou um Índice de (-) 0,05 e Minas Gerais 0,02.

Tal perspectiva migratória rumo a Goiás é igualmente comprovada nos estudos de Moysés (2004), que apresenta como razões dessa atração de imigrantes as seguintes pressuposições: primeiro, o fato de a região encontrar-se numa área que faz fronteira com muitos estados, saber: Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Distrito Federal; segundo, por ser um local receptivo, pois na visão do autor, Goiás ainda consegue ser relativamente hospitaleiro, fixando, por isso, grande parte dos imigrantes; e, terceiro, por ser uma área de passagem, especialmente em direção ao Norte, sendo esta uma rota comercial de escoação logística da produção do Sul. Monsueto (2015, p. 50) corrobora com essa percepção ao demonstrar que, na atualidade, o estado de Goiás é um dos estados que mais recebe imigrantes e afirma que “enquanto a média nacional gira em torno de 14% de imigrantes em cada estado, para Goiás esta proporção sobe para mais de 27%”.

Moysés (2004) argumenta que o processo migratório para o Centro-Oeste brasileiro iniciou-se na *Marcha para o Oeste*, que se deu em meados da década de 1930 e potencializou-se a partir da década de 1950. Então, tal movimento migratório rumo ao interior do Brasil não é uma especificidade recente, mas configura uma continuidade ainda hoje perceptível e torna mais complexa a ocupação urbana atual.

Para esse autor, a cidade de Goiânia, sofreu grande crescimento populacional nos últimos sessenta anos, mas isso não quer dizer que essas regiões se desenvolveram igualmente, conforme denúncia da ONU-Habitat. Por essa razão,

para Moysés (2004), o crescimento numérico de uma cidade não reflete, necessariamente, o desenvolvimento urbano e social, o que se torna palpável no caso de Goiânia e Aparecida de Goiânia, entre outras do Centro-Oeste brasileiro.

### **Aparecida de Goiânia e as transformações sociais**

A cidade de Aparecida de Goiânia teve seu início oficial em 1922, ou seja, antes da construção de Goiânia, o que contrapõem o imaginário goiano de se pensar em Goiânia como o marco inicial da expansão do Centro-Oeste brasileiro. A cidade de Aparecida de Goiânia começa sua história a partir da doação de terras, por parte de fazendeiros locais, para a construção da Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Ali se formou um vilarejo, que, nas décadas de 1950 e 1960 foi alvo de grande explosão demográfica ocasionada pela *Marcha para o Oeste*, pela construção da nova capital do Estado de Goiás, pela construção de Brasília e pela construção da BR-153. Entretanto, somente em 14 de Novembro de 1963 a cidade de Aparecida de Goiânia emancipou-se, pela Lei Estadual nº 4.927, de 14 de novembro de 1963.

A denominação “Aparecida de Goiânia” não foi a primeira da cidade, que, enquanto povoado, ainda na década de 1920, era denominada “Aparecidinha”. Em dezembro de 1958, o nome foi alterado para Vila Aparecida de Goiânia<sup>19</sup> e, nesse mesmo mês, foi renomeada como “Goialândia”<sup>20</sup>. Somente em 1963 recebe o nome Aparecida de Goiânia, que permanece até os dias atuais.

Segundo Simone (2014), logo no início da história de Aparecida de Goiânia vários fazendeiros se estabelecem na região adquirindo “grande quantidade de terras férteis e baratas” (p. 17). Segundo a autora, a trajetória inicial de Aparecida de Goiânia é também marcada pela religiosidade, em relação à qual há que se destacar os padres Redentoristas, no fim do século XIX.

O início da cidade de Aparecida de Goiânia é marcado por diversas impressões e sensações. Simone (2014) transcreve relatos dos diários de um morador chamado Benedito Batista de Toledo, que presenciou a fundação de Aparecida de Goiânia. Ele descreve:

Fincou-se o Cruzeiro no dia 03 de Maio de 1922, e nesse dia houve uma missa campal no pé deste Cruzeiro, depois foi feito ali um rancho de palha de bacuri que serviu de igreja por alguns tempos [...] Os fazendeiros fizeram suas casas ao redor da praça e os mais humildes fizeram nas mediações suas casas, como ranchos de capim. Assim, em 1922, fica definida e concretizada a fundação do Arraial Aparecida de Goiás, com início da construção da Capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida [...] (p. 16-17).

Segundo a autora, baseada em dados fornecidos pelo IBGE, a população da cidade na década de 1960 era composta de 1.082 habitantes na zona urbana e 5.994 habitantes na zona rural. Décadas depois, segundo dados do IBGE, do Censo

<sup>19</sup> Segundo a Lei Municipal nº 1.295 de 19 de Dezembro de 1958.

<sup>20</sup> Segundo a Lei Municipal nº 1.406 de 26 de Dezembro de 1958

Demográfico de 1991, a população da cidade de Aparecida de Goiânia era de 178.483 habitantes. Na Contagem Populacional de 1996, a população já era de 264.063 habitantes. No Censo Demográfico de 2000, a população atingia 336.392 habitantes. Na Contagem Populacional de 2007, a população estava em 475.303 habitantes. Entretanto, no Censo Demográfico de 2010, último censo realizado, houve uma queda para 455.657 habitantes. Contudo, na estimativa para 2015, apresentada pelo próprio IBGE, pela Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS), a população seria de 521.910 habitantes.

A cidade de Aparecida de Goiânia, segundo Camilo (2014) e Simone (2014), foi fortemente influenciada pelo mercado imobiliário. Essa influência se torna notória na ocupação territorial da cidade, comprovando mais uma vez que a especulação imobiliária se tornou, efetivamente, uma marca de expansão, controle e segregação social no Centro-Oeste brasileiro.

A especulação imobiliária torna o ato de habitar, e a própria casa, mercadoria com especial valor. E para que esta continue com os preços elevados é preciso que haja escassez de moradia, isto é, lotes vagos, mas vendidos, que *adormecem* improdutivamente para que, num futuro, possam obter maior valor. Essa lógica da escassez é intencional, conforme explica Villaça (1986): “a escassez precisa ser produzida e controlada na sociedade capitalista, [...] o capitalismo precisa criar permanentemente a escassez para poder haver concorrência” (p. 6).

Segundo Souza (2014), em Goiânia, a partir da aprovação da Lei nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971, de Parcelamento do Solo, tornou-se obrigatório que o loteador executasse as obras de infraestrutura, como asfalto, eletrificação, abastecimento de água e drenagem urbana. Sendo assim, foram onerados os custos da abertura de loteamentos em Goiânia. Segundo a autora, isto pode ter sido a mola propulsora dos negócios imobiliários nas cidades do entorno de Goiânia, especialmente Aparecida de Goiânia, fato perceptível especialmente na gestão municipal de Freud de Melo, nos anos de 1978 a 1981.

A partir da gestão do, então prefeito, Freud de Melo, foi autorizada a venda de lotes em mais de cem novos loteamentos, conforme resgate documental do próprio prefeito (MELO, 2002). Na visão do autor, houve uma explosão imobiliária ocasionada pela boa articulação política e pelas qualidades de Aparecida de Goiânia. Fatos esses questionáveis, pois, segundo Souza (2014, p. 28), esses novos loteamentos foram “registrados na conveniência econômica dos proprietários das terras”. A maioria desses loteamentos estão, até o corrente ano, “sem rede coletora de esgoto e com graves problemas de degradação ambiental em suas áreas verdes de preservação” (SOUZA, 2014, p. 28). Por essa razão, não parece ser exagero a percepção de Simone (2014, p. 44) ao afirmar que “Aparecida teve um crescimento desordenado”.

Segundo a autora, o Setor Cidade Livre foi a primeira ocupação de Aparecida de Goiânia. Posteriormente, vieram outras, como o Setor Colina Azul e o Setor Tiradentes. A autora critica o processo de ocupação urbana de Aparecida de Goiânia, considerando que “parecia que era só demarcar um lote, e o resto vinha depois [...] falta infraestrutura, o Poder Público não conseguia acompanhar o crescimento” (SIMONE, 2014, p. 44). A autora denuncia que surgiam assentamentos da noite para

o dia para “desafogar a grande Goiânia” e acrescenta: “muitas famílias aqui eram deixadas em barracas de lona, de madeira ou mesmo ao relento em busca de uma nova vida” (SIMONE, 2014, p. 46).

O ex-prefeito Freud de Melo, ao se referir a esse tempo o faz a partir de uma perspectiva relativamente romântica e bem particularizada dos fatos, ele afirma:

Aparecida proporcionou a goianos e brasileiros vindos de todos os rincões da pátria a oportunidade de construir a tão necessária moradia, acho que os goianienses, em especial, foram os mais beneficiados com a explosão imobiliária verificada a partir da década de 1970 [...] posso afirmar que em relação à população goianiense, praticamos um benefício relevante e de caráter social sem precedentes, porque motivamos a oportunidade para que mais de 200 mil goianienses, impossibilitados de morar em Goiânia, pudessem se transferir para Aparecida (MELO, 2002, p. 81).

Boaventura e Assunção (2013), ao contrário da percepção de Freud de Melo (2002), consideram que Aparecida de Goiânia se desenvolveu como uma cidade-periferia de Goiânia, pois absorveu, ao longo dos anos, um grande número de pessoas, mas não foi capaz de proporcionar condições de integração social, especialmente às classes populares, o que lhe rendeu a designação de cidade-dormitório.

Para Moura (2009), a qualificação cidade-dormitório é cabível quando há uma implicação de subordinação e dependência a outra cidade, promovendo segregação socioespacial. Na percepção de Castel (2008) as cidades-dormitório são “gaiolas de coelhos” (p. 21), termo pejorativo que denuncia a condição de vida social da população nestas cidades-periferias. Simone (2014, p. 44) endossa tal realidade e considera que “alguns moradores tinham vergonha de dizer que moravam em Aparecida e nossa cidade passou a ser chamada de cidade-dormitório, pois os que aqui moravam trabalhavam em Goiânia e dormiam em Aparecida”.

A desmitologização da noção de cidade-periferia e a revisão do rótulo de cidade-dormitório, designadas a Aparecida de Goiânia só começam a acontecer, segundo Pinto (2009), a partir da década de 1990. Segundo o autor, é somente a partir de 1990 que a cidade de Aparecida de Goiânia começa a ingressar num processo centrípeto de interiorização das relações sociais, empregatícias e urbanas, reduzindo paulatinamente a dependência em relação à cidade de Goiânia.

De acordo com Pinto (2009), Aparecida de Goiânia deixa de ser uma cidade da periferia de Goiânia apenas nos últimos vinte anos, na medida em que houve transformações socioeconômicas no desenvolvimento intraurbano. Dessa forma, surgiriam novas centralidades, que, para o autor, configuram centros geográficos de grandes demandas sociais e urbanas. Tal pressuposto é questionado, especialmente por Souza (2014), ao constatar que, até 2013, não havia qualquer livraria na cidade, o que demonstra que ainda há, de certo modo, uma dependência da Capital para suprir elementos simples da vida cotidiana.

Em contrapartida, Simone (2014) afirma que, na atualidade, o Poder Público tem feito inúmeras campanhas de estímulo ao consumo local pelas pessoas que moram em Aparecida de Goiânia. Isso favoreceu, segundo a autora, a circulação de

dinheiro na própria cidade e, assim, descentralizou o consumo em relação à Capital. Entretanto, é perceptível que ainda há uma forte ligação, e talvez até dependência, entre ambas as cidades.

Pinto (2009) não desacredita na forte conurbação<sup>21</sup> e periurbanização<sup>22</sup> existente entre Goiânia e Aparecida de Goiânia; pondera, porém que “no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia, as subcentralidades processaram uma (des)estruturação do poder, e se impuseram frente às articulações com suas marginalidades, construindo novas lógicas centrípetas” (p. 46). Dessa forma, para o autor, a cidade de Aparecida de Goiânia estaria conseguindo romper, paulatinamente, com o estigma de cidade-dormitório, porém ainda é um processo em longo prazo.

Há de se destacar, por fim, que o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia somente foi aprovado em 2002, pela Lei Complementar nº 004/2002, de 30 de janeiro, o que, segundo Camilo (2014) marca “o processo de reordenamento urbano e econômico da cidade” (p. 63). O Novo Plano Diretor (2014) foi entregue à Câmara no dia 1º de dezembro de 2015 e divide a cidade de Aparecida de Goiânia em 11 macrozonas: 1) Paraíso, 2) Buriti Sereno, 3) Garavelo, 4) Vila Brasília, 5) Santa Luzia, 6) Expansul, 7) Zona da Mata, 8) Centro, 9) Papillon, 10) Cidade Livre, e 11) Zona Rural.

### **Considerações finais**

Ao findar este artigo fica notório que a ocupação das cidades brasileiras, especialmente as da região do Centro-Oeste, foi marcada pela segregação planejada e pela especulação imobiliária. As cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia vivenciaram em suas teias urbanas os desafios sociais de serem cidades modernas que, mesmo com todo o suposto progresso, ainda assim se mostraram num eficaz receptáculo da pobreza, agora majoritariamente urbana.

Ao que parece a dialética da escassez de moradia e a naturalização do estado de pobreza em relação às submoradias em locais sem infraestrutura é uma característica de ocupação dos espaços da cidade de Aparecida de Goiânia, assim como uma marca da expansão das cidades do Centro-Oeste brasileiro. Para Cavalcanti e Paula (2007, p. 13), “esse processo é próprio das cidades modernas sob a hegemonia do capital”.

A segregação socioespacial que resulta em periferias, ou cidades-periferias, é uma intencional ação das elites que tendem a alocar para perto de si infraestruturas de bem coletivo, formando centros urbanos abastados, providos de redes de suprimento e de oferta de emprego. Em contrapartida, as classes populares são intencionalmente afastadas desses centros urbanos e relegadas a submoradias em condições precárias em bairros ou cidades relativamente distantes das oportunidades

---

<sup>21</sup> O termo “conurbação” refere-se ao aglomerado urbano formado por duas ou mais cidades próximas, que se interligam territorialmente.

<sup>22</sup> O termo “periurbanização” refere-se à desconcentração da população dos centros urbanos.

de emprego e das redes de suprimento de necessidades básicas.

### Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CAMILLO, Janaina de Holanda. **O preço da terra e o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia (2001-2004)**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALCANTI, Lana de Souza e PAULA, Flávia Maria de Assis. **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.
- DIAS, Elder. **Os extremos se encontram em Goiânia**. *Jornal Opção*, ed. 1940. 09-15/09. s.p. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/os-extremos-se-encontram-em-goiania>> Acessado em: 26 de março de 2014.
- DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens urbanos da periferia de Goiânia: Espaços Formativos e Mediações Escolares**. 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEITE, Adriano Marquez. **Assessoria de Comunicação (ASCOM)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Disponível em <<http://www.ascom.ufg.br/pages/13084-goiania-e-10-mais-desigual-no-mundo>> Acessado em: 27 de março de 2014.
- MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de lenha, chapéu de palha**. Jundiá: Paco Editorial: 2011.
- MARTINEZ, Cecília. **Desigualdade social**. 12/05/2010. Disponível em: <<http://al.go.leg.br/noticias/ver/id/92937/tipo/geral/desigualdade>> Acessado em: 26 de março de 2014.
- MARTINS, Wilmont de Moura. **Trilhas juvenis: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia**. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.
- MELO, Freud de. **Aparecida de Goiânia: do zero ao Infinito**. Goiânia: Asa Editora, 2002.

- MELO, Nelcivone. Goiânia, o Índice de Gini e a desigualdade social. **Diário de Goiás**. 19/03/2014. Disponível em: <<http://diariodegoias.com.br/opiniaio/5368-goiania-o-indice-de-gini-e-a-desigualdade-social>> Acessado em: 26 de março de 2014.
- MONSUETO, Sandro Eduardo (org). **Goiás 2000-2013**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- MORAES, Lucia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.
- MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MOYSÉS, Aristides. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- ONU. **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe 2012**. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>> Acessado em: 13 de Agosto de 2014.
- PINTO, José Vandério Cirqueira. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaços intra-urbanos de Aparecida de Goiânia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, nº16, p. 45-59, 2009.
- PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, 2009**. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>> Acessado em: 15 de setembro de 2014.
- RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros. Livro I - Teoria do Brasil**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SIMONE, Nilda. **Um olhar sobre Aparecida**: história e cultura. Goiânia: Kelps, 2014.
- SOUZA, Maria Ester. **Apropriação de áreas públicas em Aparecida de Goiânia**: uso, abandono e gestão da cidade atual. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do crime**. Porto Alegre: AGE, 2006.
- VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986.